

## O MIRANTE

2 de Fevereiro de 1993

Eduardo Martinho

### INVESTIGAÇÃO, QUE FUTURO?

Em meados do passado mês de Dezembro, o semanário “Expresso” publicou um artigo de opinião meu, sob o título “A nossa opção nuclear”. «*Pela actualidade do tema*», mas decerto também pelo facto do autor ser «*amigo e colaborador*» de “O Mirante”, a Direcção do jornal considerou de interesse transcrevê-lo na íntegra, o que aconteceu no último número. Bem haja!

Um dos aspectos focados no referido artigo diz respeito à “ameaça” de encerramento que paira sobre o Reactor Português de Investigação (RPI). O RPI é uma infra-estrutura científica única na península ibérica, como fonte de neutrões. Tem sido um pólo de desenvolvimento de projectos de investigação científica, com aplicações em vários domínios, além de ser uma máquina que tem desempenhado um papel ímpar na formação de técnicos, em particular na área da física e engenharia de reactores nucleares. Apesar do património científico do nosso país ser mais rico com o RPI do que sem ele, de vez em quando correm rumores de que o RPI poderá ser encerrado. Isto mesmo se passa no momento actual.

Como nesses “ataques” podem facilmente ser invocados argumentos falaciosos, embora com roupagens de credibilidade, convém rebatê-los atempadamente. Aos governantes reconhece-se a legitimidade de tomarem as decisões legais que entendam, mesmo que não concordemos com elas, mas aos cidadãos tem de se reconhecer o direito/dever de dizer o que pensam sobre essas decisões, contribuindo para o esclarecimento das questões.

Concretamente, há quem entenda que o RPI não deve ser mantido em funcionamento, por três ordens de razões: (1) porque o Governo não tenciona enveredar pela opção nuclear (produção de energia eléctrica em centrais nucleares); (2) porque o RPI é um reactor com mais de trinta anos e, portanto, está obsoleto, e (3) porque o funcionamento do RPI é muito dispendioso.

No artigo publicado no “Expresso”, procurei demonstrar que «não colhe o argumento de não se justificar a manutenção do funcionamento do RPI, pelo facto de não se considerar a hipótese da opção nuclear em Portugal». Na verdade, honestamente, uma coisa nada tem a ver com a outra.

Com o presente artigo pretendo comentar os outros dois argumentos, aduzindo elementos que permitam ao leitor avaliar o seu fundamento.

Pode-se afirmar liminarmente que não é válido o argumento dos que entendem que o RPI, por ter mais de trinta anos, é um reactor obsoleto. Quem faz este tipo de observação, é certamente por desconhecimento dos factos. O RPI foi objecto recentemente (entre Julho de 1987 e Dezembro de 1989) de obras vultuosas de modernização no valor de 340 mil contos, verba para a qual a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), uma agência especializada das Nações Unidas, participou com cerca de 110 mil contos, sob proposta de técnicos do Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (Sacavém), que é responsável pela exploração do RPI. Convirá salientar que os projectos apoiados pela AIEA são previamente avaliados com grande seriedade por peritos de várias nacionalidades, além de que o orçamento desta instituição é gerido com o maior rigor. Em boa verdade, o RPI está em condições de funcionar por muitos anos ainda, cumprindo as normas de segurança, como sempre, e correspondendo aos objectivos para que foi construído. Assim o deixem ...

Em relação ao argumento de que é muito caro manter um reactor nuclear em funcionamento, isso depende do que se entende por caro, como é óbvio. Além disso, convém analisar também o binómio custo/benefício decorrente de uma decisão desse tipo, incluindo consequências como a do empobrecimento do património científico do nosso país e a da perda de competências nacionais num domínio estratégico a nível da Comunidade Europeia, consequências que são contabilizáveis em termos economicistas. Quanto ao custo propriamente dito do funcionamento do RPI, ele é da ordem de 50 mil contos por ano. Deixo ao leitor o cuidado de confrontar esta verba com outras que são do conhecimento geral e, em resultado da análise comparativa, concluir se esta despesa constitui um peso significativo para o erário público. Além do mais, há que ter consciência do seguinte: um reactor nuclear não é uma instalação qualquer, que se possa fechar à chave e virar-lhe as costas... Trata-se de uma instalação nuclear, cuja manutenção ou desactivação requer cuidados e trabalhos especiais, ao longo de anos. Por outras palavras, é muito dispendioso fechar um reactor nuclear!

Nos meios científicos, é-se levado a interpretar os “ataques” ao Reactor Português de Investigação e ao Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares, do Ministério da Indústria e Energia, como parte da estratégia governamental de diminuir o número de funcionários e reduzir as despesas com a administração pública. Sendo Portugal o país da Comunidade Europeia onde a despesa com a investigação científica (em termos relativos) é mais modesta, até onde, e em nome de que futuro, se propõe ir o Governo?